

**PROBLEMÁTICAS, PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES AO PROJETO MODERNO DE CIVILIZAÇÃO**

José Francisco Greco MARTINS<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo consiste em problematizar a modernidade, enfocando, a partir das dimensões da individualidade e da autonomia, suas implicações na organização social. A estrutura desse artigo conta com uma abordagem em relação aos princípios do projeto moderno de civilização e seus desdobramentos na contemporaneidade, enfatizando as questões pertinentes à estrutura das relações sociais em geral e as relações estabelecidas nas esferas pública e privada em particular. Ao final aponta-se perspectivas e possibilidades ao projeto moderno de civilização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autonomia. Individualidade. Modernidade. Imaginação.

## **INTRODUÇÃO**

Ao observar-se as relações sociais presentes na sociedade contemporânea, verifica-se uma certa dificuldade de interpretação, devido à sua complexa dinâmica social. Quando a análise do presente fica mais difusa, faz-se necessário voltar-se ao passado para verificar o que foi perdido, o que foi esquecido, o que se encontra nos escombros, o que há de único e agudo no conjunto dos acontecimentos históricos (BENJAMIN, 1985; FOUCAULT, 1979; GAGNEBIN, 2006). É com esse espírito que o presente artigo volta-se ao passado para verificar, com base nos pressupostos essenciais do projeto moderno de civilização, aquilo que ficou esquecido, sucumbido e perdido nos escombros da história.

Recupera-se dois pontos essenciais do projeto moderno de civilização, a perspectiva da individualidade e da autonomia, objetivando verificar-se o que restou destas dimensões na sociedade capitalista contemporânea.

O desenvolvimento do artigo aborda a problematização da individualidade e da autonomia na chave de temas centrais para a organização social: a relação entre o mundo privado e o coletivo, a identidade, a comunidade, os laços sociais e seus rebatimentos na coesão social, a incerteza e a insegurança, a sociabilidade e a socialização, o mundo do consumismo, a ética do trabalho, a classe social e a cidadania, a inclusão e a exclusão social.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais. PUC - Pontifícia Universidade Católica - Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Paulo – SP– Brasil. 01242-802 - jfgreco@iconerh.com.br

Correlacionados os desdobramentos do projeto moderno de civilização e o seu resultado no presente, desenvolve-se uma proposta para emancipação do homem, sustentada, sobretudo, no emprego da imaginação e a necessidade da integração entre os diferentes campos do conhecimento, tendo em vista estimular-se a criação de pontos de fuga capazes de criar novas perspectivas em direção a uma arquitetura social mais inclusiva.

## **O PROJETO MODERNO DE CIVILIZAÇÃO**

A perspectiva do projeto moderno de civilização segundo Rouanet (1993) compreende três dimensões: i- universalidade; ii- individualidade; iii- autonomia de pensamento, política e econômica.

A universalidade consiste em romper fronteiras do Estado Nação, superar barreiras culturais e diferenças de gênero, etnia, raça, dentre outras. Trata-se, portanto, do gênero humano, o ser da espécie comum a todos (ROUANET, 1993).

A questão da individualidade consiste em garantir a possibilidade de cada um, segundo seus critérios e visão de mundo, de aceitar ou tentar modificar as regras, normas e valores sociais que orientam a conduta e o comportamento humano. Nesse processo há uma relação de reciprocidade, pois tanto o indivíduo pode transformar a sociedade, quanto a sociedade também tem a capacidade de moldar e conformar a ação dos indivíduos (ROUANET, 1993).

A autonomia, por sua vez, apresenta-se em relação direta com a liberdade de criar e transformar direitos e a capacidade de exercê-los. A autonomia de pensamento compreende a liberdade de expressão das idéias e das diferentes formas de criação intelectual. A autonomia política consiste na possibilidade de participar da organização do mundo público, superando a subordinação às ditaduras do Estado ou do Mercado, bem como a todo e qualquer tipo de organização coletiva despótica ou totalitária. A autonomia econômica consiste em permitir a liberdade e a capacidade de estar integrado e incluído ao processo produtivo e de consumo de bens na sociedade, tratando-se, portanto, da possibilidade de acesso ao mundo da produção e consumo de mercadorias (ROUANET, 1993).

Considerando que o projeto moderno de civilização procura abarcar estas três dimensões ao longo do processo de consolidação da sociedade capitalista moderna, ao que

tudo indica, ocorreu uma deturpação destas três dimensões a ponto de transformar o projeto moderno de civilização em barbárie, conforme será desenvolvido a seguir.

A prioridade recai, nesse artigo, sobre as dimensões da individualidade e da autonomia presentes no projeto moderno de civilização. Optou-se por focar essas duas dimensões, uma vez que elas encontram-se extremamente vinculadas e integradas em relação àquilo que se pode chamar de dignidade do homem; ao mesmo tempo também, porque ambas remetem para uma temática central no debate contemporâneo, ou seja a questão da relação entre o espaço público e o privado.

De um modo geral, objetiva-se abordar como o pensamento sociológico contemporâneo trata essas dimensões (da individualidade e da autonomia), em relação à sua proposição original no interior do projeto moderno de civilização. É importante demonstrar que a investigação restringe-se a um conjunto de autores que tem tratado desta temática mais específica, sem ter a pretensão de esgotar o assunto.

### **A PERSPECTIVA DA INDIVIDUALIDADE E DA AUTONOMIA**

Ao que tudo indica, como será demonstrado a seguir, a sociedade contemporânea apresenta um profundo distanciamento entre o que se propunha e se buscava no projeto moderno de civilização. Esse distanciamento resulta no processo de transformação da individualidade em mero processo de individualismo, em que o que importa, sobretudo nos relacionamentos sociais, são as possibilidades de defesa dos interesses pessoais e imediatistas de curto prazo. Em decorrência desse processo, ocorre um afastamento das questões de ordem coletiva e política, enquanto autonomia de pensamento e ação política, que implica na organização coletiva em busca da construção, ampliação e manutenção dos Direitos. Esse afastamento acaba por remeter os homens àquilo que Sennett (1988) definiu como as tiranias da intimidade. Demonstra-se a seguir, as principais problemáticas em relação à sociedade de massa e a organização social contemporânea.

Rouanet (1993) sinaliza que a sociedade de massa em sua homogeneidade de pensamento, do comportamento e das práticas sociais contribui para um certo conformismo. A questão do conformismo também aparece em Bauman (2001) principalmente quando ele se refere ao tema do capitalismo pesado ligado ao período taylorista fordista, o qual cria condições favoráveis à padronização, à ordem e ao controle das relações sociais dos

trabalhadores dentro e fora dos muros das fábricas. De certa forma, no capitalismo pesado, há uma maior previsibilidade no processo de produção, circulação e consumo de mercadorias, essencial ao planejamento das ações e investimentos destinados a aumentar a acumulação de capital.

De acordo com Bauman (2001), em contraste ao capitalismo pesado, a configuração do capitalismo leve apresenta um leque infinitamente grande de possibilidades e oportunidades de escolha, proporcionando ao indivíduo uma maior liberdade de escolha. Ao escolher e realizar seus objetivos, logo novos desafios são colocados no lugar, indicando um interesse individual pelo inacabado e o incompleto. A incompletude pode ser considerada como uma das marcas centrais desse capitalismo leve, pois impulsiona os indivíduos para a ação interminável de consumo das mercadorias.

Ao analisar o período histórico da sociedade de massas – capitalismo pesado nos termos de Bauman (2001) – Norbert Elias (1994) também percebe um aumento no conjunto das oportunidades e das decisões individuais, em decorrência da própria ampliação da divisão social do trabalho, o que contribui para uma maior interdependência entre os indivíduos para poderem atingir seus objetivos específicos. Isto implica, portanto, que a sociedade moderna (o capitalismo pesado e o leve) tende a ampliar as oportunidades de escolha entre os membros da sociedade, porém como aponta Elias (1994), há uma disputa por oportunidades e os grupos que possuem mais poder acabam levando vantagem.

Assim como Bauman (2001), Sennett (1999, 2006) faz uma diferenciação entre o que ele denomina de sociedade do longo e do curto prazo. A primeira corresponde ao período fordista orientado por uma política econômica keynesianista. Trata-se da sociedade de massa, da produção em massa, da cultura da massa, do controle dos corpos e das mentes, do vínculo, do compromisso e da lealdade perante o trabalho. A sociedade do curto prazo, por seu turno, corresponde à sociedade flexível, o capitalismo flexível, a produção flexível, fortemente orientada por uma matriz tecnológica microeletrônica e uma forma de organizar e gerir a produção de mercadorias nos moldes do modelo japonês, o toyotismo.

Na sociedade do curto prazo Sennett (1999, 2006) observa uma ausência sistemática de vínculo, compromisso e lealdade em relação às instituições e aos laços sociais em geral, os quais se tornam frágeis e precários. Tal qual Bauman (2001, 2007), surge no repertório de Sennett (1999, 2006), a questão do risco, insegurança, incerteza e sentimento de culpa diante do fracasso, o que aponta para a responsabilização individual frente a questões típicas pertinentes à dimensão social, como é o caso do desemprego, por exemplo.

Sennett (2006) desenvolve a questão de o capitalismo de curto prazo apresentar laços sociais frágeis, ao demonstrar, com base em uma referência ao mega investidor George Soros, a passagem das relações sociais às transações sociais. As transações sociais indicam um conjunto de interações sociais reificadas, orientadas exclusivamente pela transação entre mercadorias. Tais transações ampliam as diferenças sociais, a desigualdade e as distâncias sociais entre aqueles que possuem maior ou menor acesso ao consumo das mais variadas mercadorias.

É possível perceber, a partir do exposto até o momento, um enfraquecimento das formas de organização coletivas clássicas, gerando um silêncio, o qual é ocupado por um conjunto vasto de mídias destinadas em preencher esse espaço e determinar aquilo que deve ser o comportamento, as preocupações e o pensamento das pessoas em geral, fortemente orientado em direção ao universo do consumo. Ao que tudo indica, esse cenário resulta em restrição à autonomia política, econômica e de pensamento.

A esfera privada está colonizando a esfera pública, implicando em expressivo esvaziamento da Política uma vez que a ação coletiva para criar, defender e ampliar Direitos acabam se restringindo à defesa de Direitos privados, específicos e particulares, via de regra individualmente organizado. Assim, a responsabilidade coletiva para garantir o Bem-Estar dos indivíduos parece remetido ao esquecimento. O resultado final desse processo desemboca na privatização de algo que é coletivo, a individualização de problemas de ordem coletiva. A responsabilização individual por esses problemas de natureza social parece ser o que se transforma na grande questão pública a ser resolvida (BAUMAN).

O “público” é colonizado pelo “privado”; o “interesse público” é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e confissões de sentimentos privados (quanto mais íntimos, melhor). (BAUMAN, 2001, p.46).

O processo de individualismo das relações sociais acaba por transferir aos próprios indivíduos a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. Problemas de natureza estruturalmente sociais e coletivos, que independem em muitos casos das ações dos próprios indivíduos, são desconsiderados na avaliação da responsabilidade individual, pois tudo depende da capacidade do indivíduo, suas qualificações e aptidões em conseguir contornar as adversidades colocadas em seu caminho (BAUMAN, 2001, p.84).

Nesse sentido, portanto, as ações de ordem pública e coletiva passam a desaparecer das atividades e das práticas cotidianas da vida dos indivíduos, os quais pautam suas ações em relação às suas problemáticas e Bem-Estar eminentemente individual. A ação coletiva parece desaparecer, ao passo que o líder, cuja responsabilidade é tanto pública quanto privada, dá lugar ao conselheiro, cujo foco essencial é o mundo privado das necessidades particulares e específicas de quem o contrata (BAUMAN, 2001, 1999).

Há, portanto, segundo Bauman (2001) nos contornos do capitalismo leve e flexível, uma diluição da autoridade correspondendo, conseqüentemente, uma redução do poder e da força da autoridade, principalmente no que tange aos seus desdobramentos coletivos. Assim, resta ao próprio indivíduo escolher a autoridade aparentemente mais capaz para defender seus interesses particulares. Cabe, portanto, à autoridade seduzir o indivíduo para ser escolhida.

Ao que tudo indica, esse indivíduo encontra-se solto à própria sorte, desamparado de um Estado que lhe ofereça prerrogativas sociais mínimas de inclusão social, mesmo que precária, ao processo de produção, circulação e consumo de mercadorias. Ora, diante desse quadro, resta aos indivíduos conviverem com um profundo sentimento de insegurança e incerteza. A incerteza e a insegurança de ser individualmente capaz de resolver os problemas presentes em sua vida cotidiana. Bauman (2001, p.38) especifica o papel do indivíduo: “Não olhe para trás, ou para cima; olhe para dentro de você mesmo, onde supostamente residem todas as ferramentas necessárias ao aperfeiçoamento da vida – sua astúcia, vontade e poder.”

O peso da responsabilidade que recai sobre o indivíduo e a sua necessidade de demonstrar ser bem sucedido, leva-o ao mundo das compras compulsivas para provar, a ele e aos outros, que tem uma certeza e uma segurança em relação à sua capacidade individual de colocar em prática sua aptidão. Compras compulsivas acabam agindo como ritual de exorcismo contra a incerteza e a insegurança (BAUMAN, 2001). Em síntese, Bauman (2001, p.37) especifica que ser moderno “significa ter uma identidade que só pode existir como projeto não-realizado.”

Na sociedade leve, flexível e líquida Bauman (2001), identifica o surgimento de identidades. A identidade e a noção de pertencimento a um grupo, determinada classe, ou condição social, resulta, na sociedade capitalista contemporânea, em uma transitividade de diferentes identidades cambiantes, definidas segundo determinado padrão de consumo, constituindo uma forma transitória de apresentar-se ao mundo. Tal qual um conjunto de mercadorias descartáveis, a própria identidade também segue o ritmo da obsolescência das mercadorias. Assim, a própria identidade também migra para o universo da insegurança e da

incerteza somente saciada, pelo menos parcialmente, na prática das compras de novas mercadorias. Trata-se, portanto, de identidades transitórias, precárias e frágeis, cujos vínculos sociais são superficiais.

De acordo com Bauman (2007) a sociedade leve e líquido moderna é a sociedade do descartável, tudo que desagrada é substituído. Surge um grande descompromisso tanto em relação às mercadorias, quanto em relação às próprias relações sociais em geral e as pessoas com quem se estabelecem relacionamentos em particular. As relações sociais seguem a mesma lógica mercantil da compra, venda e descarte das mercadorias. Há, porém, segundo Bauman (2007) um amargo sentimento de culpa, mesmo considerando o descompromisso e o imediatismo de satisfazer-se prazeres efêmeros.

Na sociedade líquido moderna está ocorrendo a transformação da sociedade de produtores, cercada por obediência, conformismo, monotonia e rotina, para a sociedade dos consumidores, fortemente orientada por valores e princípios do mercado, compulsão consumista, sedução, insatisfação e incompletude (BAUMAN, 2007). Desse modo, o processo de sociabilidade e socialização passa pelo crivo das relações sociais reificadas das mercadorias. As relações sociais em geral e as pessoas em particular são consumidas e depois descartadas tal qual ocorre no mundo das mercadorias (BAUMAN, 2007).

A reflexão a respeito do processo de socialização elaborada por Norbert Elias (1994), investiga a relação entre indivíduo e sociedade. Para Elias (1994) o processo de socialização está vinculado aos princípios das diferentes funções sociais dos indivíduos, bem como o conjunto dos laços sociais invisíveis que articulam o convívio social e a defesa de interesses particulares e específicos. Assim sendo, o processo de socialização guarda relação direta com as características da sociedade em que o processo ocorre. Elias (1994) destaca a constituição de uma sociabilidade em reação aos outros, os quais representam os traços, funções e valores preconizados na sociedade. Segundo Elias (1994) a individualidade ocorre no processo de socialização e interação com outras pessoas, originando um controle socialmente orientado do comportamento. Já a individuação corresponde aos parâmetros individuais da trajetória particular que possibilita singularidades e particularidades na organização de uma auto-regulação em direção a padrões sociais mais gerais.

Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias em que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas e mais

variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos “Sociedade”. (ELIAS, 1994, p.23).

Elias (1994) está escrevendo no interior da sociedade capitalista pesada de Bauman (2001) e do longo prazo de Sennett (1999), ele está inserido no contexto da sociedade de massa, portanto ocorre mais um reforço no que se refere ao poder de interação tanto do indivíduo quanto da sociedade na constituição do sujeito social, do indivíduo e suas funções sociais. Ao observar-se a construção realizada por Elias (1994), com base nos pressupostos conceituais dos autores abordados até o momento, é possível perceber a desintegração da própria noção de função social, para a entrada em cena do papel exercido pelo consumismo. Ora se a socialização ocorre segundo Elias (1994) na interação com os outros, com o diferente, com o diverso, é possível perceber que a socialização em Bauman (2001, 2007) ocorre em função da interação com o mundo das mercadorias, com o mundo do consumismo e da imagem que os produtos consumidos possuem socialmente. É possível perceber, também, que aquela clássica ética do trabalho que existia nos pressupostos weberianos da sociedade de massa já não é a mesma.

De acordo com Bauman (2007), as relações sociais decorrentes do trabalho, na sociedade líquida moderna, passam a ser orientadas, sobretudo, em função do mercado, pois a ética do trabalho dá lugar à cultura de consumismo.

Os princípios da ética do trabalho tal qual a concepção de Max Weber (1989) – a noção de responsabilidade, trabalho árduo e intenso, obrigação, adiamento do prazer e colocação da vocação em prática de modo virtuoso – dá lugar na sociedade do curto prazo (SENNETT, 1999) ao descompromisso, à redução da lealdade e do vínculo institucional, tornando as relações sociais cada vez mais impessoais e repletas de indiferença. Surge assim, uma ética ligada ao trabalho em equipe, o qual aponta para novas formas de controle do trabalhador (SENNETT, 1999). É importante frisar o fato de que o descompromisso vale tanto para os indivíduos em relação às instituições quanto destas em relação aos indivíduos, implicando em um processo de distanciamento social.

Em síntese, é possível perceber, portanto, que, de acordo com Bauman (2001), a forma da modernidade contemporânea tem duas características centrais: em primeiro lugar a ruptura com a utopia de construção de uma sociedade justa, boa e sem conflitos; em segundo lugar a passagem da forma de organização coletiva para criar, ampliar e manter os Direitos, para uma de natureza nitidamente individualista, cabendo ao indivíduo mobilizar seus recursos para

defender seus interesses de ordem particular, específico e pontual. Nesta perspectiva, percebe-se que o processo de emancipação do homem não está mais vinculado a uma ação de ordem coletiva, mas puramente individual.

A acentuação da ação individualista acaba por diluir a própria noção de classe social e a da cidadania. Ao passo que as ações coletivas migram, sobretudo, para a ação de natureza individualista, a perspectiva de uma ação coletiva em relação à defesa dos interesses de uma dada classe social, torna-se fragmentada, contribuindo para reduzir a força de organização e mobilização social em defesa dos interesses da própria classe. Ao que tudo indica, isto está acontecendo com a classe trabalhadora. Do mesmo modo, o próprio exercício da cidadania enquanto participação ativa na construção, alteração e manutenção dos Direitos fragmenta-se em relação à ação de natureza individualista de escolher o que mais convier aos interesses particulares, diante das inúmeras opções existentes no mercado. Bauman (2001, p.45) retoma Toqueville para explicar que:

O indivíduo é o pior inimigo do cidadão, sugeriu ele [Toqueville]. O “cidadão” é uma pessoa que tende a buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade – enquanto o indivíduo tende a ser morno, cético ou prudente em relação à “causa comum”, ao “bem comum”, à “boa sociedade” ou à “sociedade justa”.

Reforça-se a divisão bipolar de classe social, bem como intensifica-se a disparidade entre os abastados que tem acesso ou às mercadorias e aqueles excluídos do mundo do consumo. A pobreza dos excluídos é avaliada pelos abastados incluídos, como um estilo de vida, uma opção decorrente de sua liberdade de escolha. As ações de resistência dos excluídos em busca de seus direitos de acesso às mercadorias, são tratadas como questão de segurança, pois colocam em risco a ordem social (BAUMAN, 1999).

Diante de uma sociedade com as configurações anteriormente descritas, observa-se a possibilidade da busca em recuperar os princípios da comunidade como um ponto de fuga, um porto seguro diante das inseguranças cotidianas. Tal qual ocorre com a identidade, a busca da comunidade como um ponto de fuga consiste, nada mais nada menos, na construção de comunidades frágeis e transitórias de natureza fugidia (BAUMAN, 2001).

No lugar de libertar de emancipar o homem, a comunidade acaba por proporcionar um sentimento de proteção fugaz e superficial, ao passo que suas normas e regras de conduta também são constantemente mutáveis a ponto de mudar a própria natureza da comunidade. A busca por uma comunidade de segurança também encontra-se no registro do inacabado, do

sempre em construção, tal qual o universo sempre insuficiente de consumo de mercadorias. Sennett (1999), também observa a insuficiência da comunidade em resolver as problemáticas da sociedade do curto prazo, principalmente no que se refere à questão da distância social, uma vez que os laços sociais da própria comunidade apresentam-se frágeis, superficiais e transitórios.

Bauman (1999), reforça por sua vez, a questão de a comunidade oferecer laços sociais frágeis, cuja adesão é transitória. A comunidade não contribui para superar a insegurança, decorrente da ambivalência e da contingência, uma vez que a comunidade restringe-se à comunidade de destino, na qual a participação e o vínculo não resistem ao longo prazo.

A síntese desse amplo processo de exacerbação do individualismo presenciado na sociedade capitalista contemporânea resulta na convivência cotidiana com a contingência e a ambivalência. A manutenção da ordem social na sociedade moderna deu-se em função do exercício sistemático do controle e do domínio sobre o diferente, o divergente e tudo aquilo que viesse a ameaçar a harmonia, a homogeneidade e a coesão social. Havia uma tentativa de afastar, de tentar eliminar a ambivalência da vida cotidiana (BAUMAN, 1999).

Assim, a emancipação do homem decorre da ruptura com a idéia de universalização, pois, segundo Bauman (1999), a emancipação encontra-se na ambivalência. Emancipar-se é poder conviver com a contingência e a ambivalência, pois a semelhança dos homens encontra-se no fato deles serem diferentes, e conviver com a diferença, respeitando a diferença, é conviver com a contingência e a ambivalência (BAUMAN, 1999).

Decorre do exposto, que o mal-estar da modernidade surge, em vários casos, da necessidade de conviver com a contingência e a ambivalência, as quais geram um constante estado de incerteza, pois não há soluções efetivas para ambas (BAUMAN, 1999).

Considerando os princípios anteriormente apontados pertinentes à perspectiva da individualidade e da autonomia propostos no projeto moderno de civilização (ROUANET, 1993), é possível perceber, na sociedade capitalista contemporânea, um grande distanciamento em relação às práticas sociais realizadas. A transformação da dimensão da individualidade em intenso processo de individualismo, e da autonomia em heteronomia, reduz a capacidade de o indivíduo tornar-se um agente da transformação social, uma vez que o mundo do consumo e das transações, tende a fazer com que esse mesmo indivíduo reproduza, no lugar de transformar, os valores e princípios da sociedade capitalista contemporânea.

As relações sociais mediadas por mercadorias e pelo mercado, criam laços sociais frágeis e transitórios, geram um universo de identidades frágeis e fugidias, constituem uma ética do trabalho fugaz, sem vínculos, sem compromissos e desprovida de lealdade. Esvaziam-se as esferas públicas para privilegiar a dimensão da esfera privada, banaliza-se a idéia de comunidade, em fim, parece estar havendo uma ruptura em relação aos pressupostos do projeto moderno de civilização, pois a tirania do mercado e das mercadorias remete os homens para uma espécie de guerra civil em busca do consumo insaciável de mercadorias. As relações sociais são transformadas em transações comerciais, o Estado e as instituições sociais perdem sua força, indicando uma situação de barbárie, onde o indivíduo é responsabilizado por seu sucesso ou fracasso.

Ao que tudo indica, a mercantilização das relações sociais restringe em grande medida o processo de reflexão crítica a respeito de uma dada condição social. O mundo do consumo interminável acaba invadindo a vida cotidiana dos indivíduos, colocando em primeiro lugar a satisfação de suas necessidades específicas e particulares, em detrimento às determinações das necessidades sociais e coletivas. A participação política limita-se a eleger as autoridades que possam melhor seduzir o eleitor, tal qual uma mercadoria. O declínio do homem público em relação aos espaços privados, banaliza os dramas sociais daqueles que não possuem autonomia econômica para terem acesso ao mundo da produção, circulação e consumo de mercadorias. As possibilidades que surgem para permitir superar esse contexto são apresentadas a seguir.

### **PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES AO PROJETO MODERNO DE CIVILIZAÇÃO**

Diante do exposto, o processo de aprofundamento exacerbado da ação individualista parece provocar um transtorno ao projeto moderno de civilização, pois seus princípios da individualidade e da autonomia política, econômica e de pensamento, encontram-se fragilizados.

Para entender-se a complexidade das relações sociais contemporâneas e vislumbrar-se alternativas emancipadoras à realidade empírica, é preciso uma abordagem mais questionadora, a fim de estimular a imaginação a ponto de ela ser capaz de iluminar a brecha,

a zona de fraco imprinting<sup>2</sup>, que para Edgar Morin (1984, 1996), pode apresentar um conjunto de outras perspectivas em relação a novos conhecimentos capazes de questionar a normalização das relações sociais. O emprego da imaginação representa, portanto, a capacidade de vislumbrar novas formas de organização social.

David Harvey (2004) apresenta uma perspectiva para o uso da imaginação como algo central em sua teoria do “utopismo dialético”. Harvey (2004, p.266-267) observa que as condições materiais da organização social não permitem o encontro de pontos de fuga em relação à construção de possibilidades de ruptura e transformação social, sendo, então, necessário o uso da imaginação para criar-se novos contornos de uma sociedade diferente daquela encontrada no presente.

Para permitir o uso da imaginação como recurso à possibilidade de vislumbrar-se um outro tipo de sociedade, Harvey (2004) estabelece uma reflexão sobre a questão da passagem de Marx que trata do trabalho do arquiteto e da abelha, cujo ponto central é a questão da reflexão que o homem realiza antes de dar início à sua obra de transformar tanto a natureza, quanto a si mesmo em uma relação dialética.

No decorrer de sua reflexão Harvey (2004) aponta limitações do próprio comportamento do homem em geral e do arquiteto em particular, a ponto de colocar em xeque sua capacidade de imaginar e, respectivamente, sua potencialidade em inovar, planejar e realizar coisas. Tais limites, que obliteram a imaginação do arquiteto, encontram-se presentes em um vasto conjunto de regulamentações sobre o espaço ao qual ele pretende projetar e construir sua obra. Nesse sentido, a imaginação do próprio arquiteto é limitada segundo esses elementos regulamentadores.

No mundo contemporâneo a grande restrição ao processo de imaginação encontra-se relacionada com uma necessidade insaciável do lucro. Portanto, se a imaginação resultante ao homem contemporâneo é a imaginação em relação ao lucro, o arquiteto pode vir a ficar aquém da própria abelha, pois sua imaginação não consegue superar um fim determinado e determinante da sua própria ação (HARVEY, 2004).

Se, para Harvey (2004), cabe ao homem tanto um papel de construtor do conjunto de regras e normas que regulam sua vida, quanto um papel de violador sistemático das regras e

---

<sup>2</sup> Para Morin, o *imprinting* significa o processo de introjeção das normas de convívio social, indicando um processo de ordem e normalização social. Assim, o fraco imprinting significa espaço para a criação do novo: “O novo é a idéia nova que começa a aparecer como idéia desviante, mas que pode conseguir alcançar o direito de cidadania. E, para que apareçam idéias novas, novas teorias, há que pensar que há zonas de fraco *imprinting* e há que conceber que, nas zonas de fraco *imprinting*, é possível não só o novo mas também a audácia, a revolta, a rebelião.” (MORIN, 1984, p.28-29).

normas que cria, a emancipação do homem e a construção do novo vem exatamente desta ambivalência. Cabe, portanto, ao arquiteto rebelde colocar em ação sua imaginação, considerando os princípios de um utopismo dialético. Seu papel é questionar e ao mesmo tempo revelar as contradições e possibilidades de superação da exploração existentes nas relações sociais pertinentes ao modo de produção capitalista. Isso implica, portanto, que o papel do arquiteto rebelde consiste em provocar, através do emprego da imaginação, a crítica às regras de funcionamento da sociedade, em busca de novas formas de gerar não só coesão social, como também de estruturar a produção e a distribuição das riquezas sociais, tendo em vista a emancipação do homem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante desse cenário árido, cujo repertório indica um afastamento em relação aos princípios da individualidade e da autonomia política, econômica e de pensamento, pertinentes ao projeto moderno de civilização, a imaginação – o distanciamento em relação à realidade objetiva – representa a possibilidade de superar o vasto processo de privatização da esfera pública, do avanço do individualismo e da redução das práticas autônomas.

Para estimular o desafiante emprego da imaginação, tendo em vista superar as alienantes relações sociais concretas mediadas por um mundo de consumo de mercadorias, é necessário uma flexibilidade para ampliar o campo do conhecimento ao romper-se a dicotomia existente entre a ciência natural e a ciência social.

A complexidade das relações sociais requerem abordagens mais integradas entre os diferentes campos do conhecimento da própria ciência humana – as humanidades. Isso implica em estudos integrados em relação aos princípios das ciências sociais (sociologia, antropologia e ciência política), psicologia, lingüística, filosofia, história, geografia, dentre outros.

A aproximação dos princípios decorrentes das ciências naturais (química, física e biologia) com princípios das ciências humanas, respeitando-se suas particularidades e especificidades de cada um dos campos, tende a ampliar o espectro da imaginação. Estimula-se, portanto, a imaginação no sentido de construir possibilidades viáveis em direção à emancipação do homem, em relação à ditadura das mercadorias e tudo o que ela representa

em termos hegemônico ideológicos para limitar a capacidade de reflexão crítica do espírito humano.

Há uma necessidade de maior amplitude na perspectiva de várias áreas do conhecimento, resultando em uma abordagem mais diversificada a ponto de integrar diferentes dimensões do conhecimento, sem, contudo, se resumir num reducionismo decorrente das relações de causa e efeito de natureza positivista. Esse envolvimento dos diferentes campos do conhecimento tem a possibilidade de favorecer e libertar a imaginação (HARVEY, 2004).

Por fim, a porta da transformação social está aberta, basta questionar a partir da experimentação da própria ambivalência e da contingência, porém o processo emancipatório encontra-se para além do convívio com a ambivalência e a contingência. A emancipação parte da ambivalência e da contingência para questionar e superar contradições que as constituíram. As próprias ambigüidades da modernidade são o motor dialético da sua superação em direção à instituição de novas possibilidades de organização social. Tanto a própria contingência, quanto a ambivalência podem ser o problema e a solução para a dinâmica social da emancipação, pois a possibilidade do fraco imprinting está no interior desta contradição. Mais do que conviver com a ambivalência e a contingência como nos propõe Bauman (1999), é fundamental transformar tanto uma quanto outra no sentido de ampliar as possibilidades de imaginar e transcender a realidade objetiva, para vislumbrar e recuperar o projeto moderno de civilização, hoje esquecido em alguma prateleira do mercado.

***PROBLEMS, PERSPECTIVES AND POSSIBILITIES FOR PROJECT MODERN CIVILIZATION***

***ABSTRACT:*** *The current article intends to problematize modernity, focusing its implications on social organization, considering the dimensions of individuality and autonomy. The principles of the modern civilization project were approached, emphasizing the matters concerned to social relations structures in general and those in both public and private fields. Finally, perspectives and possibilities of the modern civilization project were pointed out.*

***KEYWORDS:*** *Autonomy. Individuality. Modernity. Imagination.*

**REFERÊNCIAS**

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, v.1).

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Vida Líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer.** São Paulo: Ed. 34, 2006.

HARVEY, D. **Espaços de esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. **Sociologia: a sociologia do microssocial ao macroplametério.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1984.

ROUANET, S. P. **Mal-estar na modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENNETT, R. **Declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. **A corrosão do caráter.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

\_\_\_\_\_. **A cultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1989.